

PARECER TÉCNICO Nº 003/2020

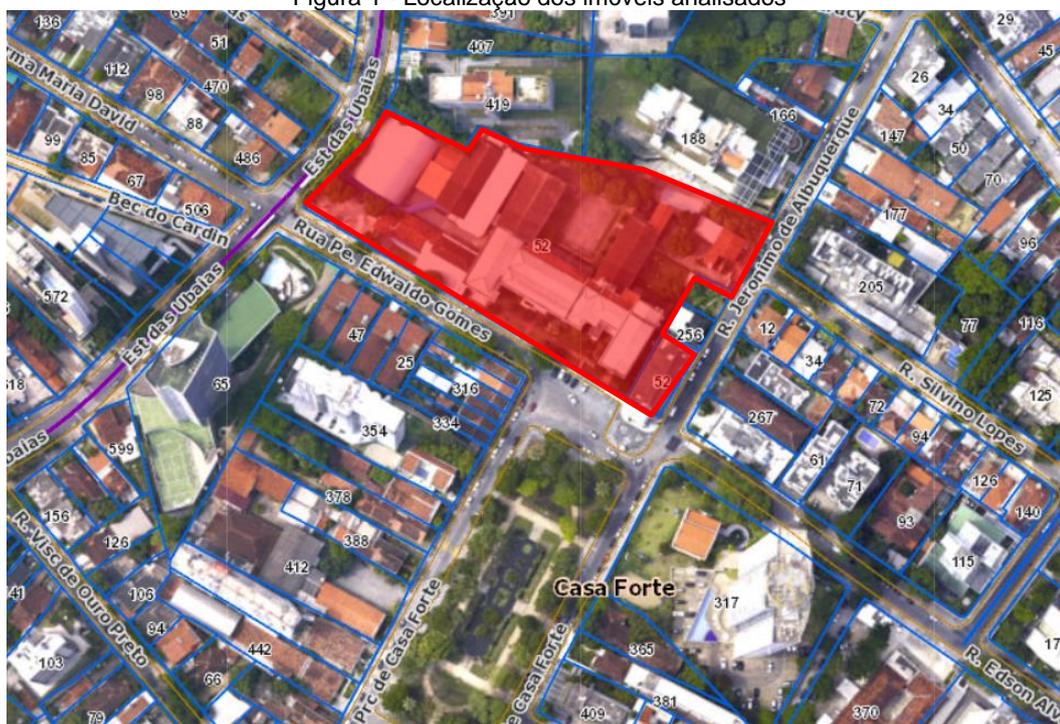
ASSUNTO:

Abaixo-assinado solicitando a classificação como IEP do Colégio da Sagrada Família, em Casa Forte, encaminhado por um conjunto de ex-estudantes da instituição

1. Identificação dos imóveis

Endereço: Rua Padre Edwaldo Gomes, 52, Casa Forte, Recife, PE
Propriedade: Privada
Uso: Educacional e Religioso
Zoneamento: ZAC-Controlada II – Setor de Reestruturação Urbana 2; Setor de Sustentabilidade Ambiental 2; Poligonal de entorno de monumento tombado em nível federal.

Figura 1 - Localização dos imóveis analisados



Fonte: ESIG

2. Sobre a solicitação

A solicitação consiste em um abaixo-assinado encaminhado por um grupo de antigos estudantes do Colégio da Sagrada Família, manifestando apreensão diante da notícia de encerramento das atividades do referido Colégio, divulgada em 26 de outubro de 2020, em virtude das dificuldades financeiras provocadas pela pandemia da Covid-19.

O documento enfatiza a importância do Colégio, implantado nas terras do antigo Engenho Casa Forte em 1907, o fato de que seu conjunto permaneceu preservado graças à longevidade de seu funcionamento como “escola, convento e espaço de eventos religiosos”. Além disso, salienta a relação com a Praça de Casa Forte – tombada em nível nacional. Reconhecendo que existe, por parte da Prefeitura da Cidade do Recife – no âmbito do Plano de Ordenamento Territorial e da proposição de uma nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo –, uma proposta de preservação deste imóvel, o grupo reforça que o período em que essa proteção não está ainda efetivada pode “trazer prejuízos irreparáveis

para a preservação da memória da comunidade, do bairro e, mais amplamente, da própria cidade”. Solicitam, assim, a classificação do conjunto do Colégio da Sagrada Família como Imóvel Especial de Preservação.

Avaliando os argumentos apresentados, consideramos relevante a solicitação, mas torna-se necessária uma revisão em relação aos imóveis que devem ser analisados no presente Parecer Técnico, dado que também a Igreja Matriz de Casa Forte, situada vizinha ao Colégio, é uma edificação remanescente do Engenho Casa Forte, remetendo ao período inicial da ocupação deste bairro, e importante símbolo desta localidade recifense.

3. Aspectos Históricos

De acordo com Guerra (1954, p. 197), o velho engenho – levantado em meados do século XVI por Diogo Gonçalves – foi “sucessivamente chamado de Jerônimo Gonçalves, Isabel Gonçalves, mais tarde de Dona Ana Pais, ou também de Tournalon, Nassau, de With”, passando ao seu nome definitivo de como Casa Forte a partir de 1645, após ter sido palco, no dia 17 de agosto, de uma batalha da guerra de reconquista de Pernambuco, então sob ocupação holandesa.

Tendo resultado consideravelmente danificado pelo combate, entre 1645 e 1654, o engenho foi abandonado, sendo recuperado apenas após a restauração pernambucana. A capela teve suas obras finalizadas em 1672, quando foi batizada de Capela N. Sra. das Necessidades do Engenho Casa Forte. Segundo Pereira da Costa (2013, p. 56),

As casas do engenho, de vivenda, com a sua capela contígua, sob a invocação de N. Sa. das Necessidades, e suas respectivas dependências, campeavam no belo arrabalde da cidade denominado da Casa Forte, e precisamente na grande praça vulgarmente chamada *Campina da Casa Forte*.

Figura 2 - Engenho Casa Forte durante a ocupação holandesa



Fonte: Mapa de Monumentos e Curiosidades da Guerra Holandesa em Pernambuco (1630-1654), Museu da Cidade do Recife.

O engenho foi repassado para os descendentes diretos de Dona Ana Pais até que, em 1759, passou para a propriedade de João de Freitas da Silva Neto, que não deixou herdeiros diretos.

Foi, destarte, feita a avaliação judicial das terras e obras, para um rateio entre os diversos parentes próximos, surgindo disto, pelo retaliamento da propriedade, o início do subúrbio próprio dito da Casa Forte, principalmente porque todos os beneficiados pela partilha concordaram em ceder gratuitamente ao governo a área da

grande praça que se estende na frente da Igreja e da casa-grande ‘não só para aformosear a mesma e servir de praça ou feira, como para perpetuar a lembrança da grande vitória dos brasileiros contra os holandeses’.” (GUERRA, 1954, p. 200).

Conforme aponta Pereira da Costa (2013, p. 63), os herdeiros tinham a intenção de manter desocupado o pátio defronte da Igreja, “para não tomar a vista da capela”. Manifesta-se, assim, desde o século XVIII, uma visão de conjunto entre a campina do engenho e as edificações remanescentes dele. Ainda nesse sentido, de acordo com Pereira da Costa (idem, p. 59), o “nome legendário de Casa Forte, o atual, apesar de extinto o engenho conserva, contudo, a localidade, como recordação de um dos mais belos feitos pernambucanos na memorável campanha da restauração”. Memória, portanto, fundamentalmente relacionada às edificações remanescentes do antigo engenho.

Com a extinção do engenho e sua subdivisão em diversos sítios, posteriormente também loteados, a povoação foi-se desenvolvendo. Em 1774, o Governador José Cesar de Menezes mandou construir a Estrada de Casa Forte (CAVALCANTI e CAVALCANTI, 2010), que passou a conectar aquele nascente arrabalde até o centro, incrementando o crescimento desta localidade.

Figura 3 – Antiga área do Engenho Casa Forte, em 1876



Em destaque, as edificações remanescentes do Engenho. Fonte: Museu da Cidade do Recife.

Em meados de 1810, o padre Dr. José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima – o Padre Roma da Revolução de 1817 – adquiriu a casa grande do engenho e reformou-a, levantando uma aprazível vivenda que posteriormente caiu no abandono, sendo comprada, em 1907, pelas irmãs francesas da Congregação da Sagrada Família, que instalaram ali um grande colégio.

Também a primitiva capela entrou em estado de arruinamento, a ponto que, em 1865, foram retiradas suas imagens, as quais foram levadas para a Igreja de Nossa Senhora da Saúde, no Poço da Panela, até 1909, quando se determinou a reconstrução do templo, que ganhou maiores dimensões e foi consagrado em 1911 como Igreja-matriz da Paróquia da Casa Forte, sob invocação do Sagrado Coração de Jesus (GUERRA, 1954).

A Figura 4, abaixo, registra a vista da Campina da Casa Forte, com a Igreja já apresentando a feição atual, tendo ao seu lado ainda a edificação da vivenda construída pelo Padre Roma, antes das reformas que vieram a estabelecer a feição atual do Colégio.

Figura 4 - Campina da Casa Forte, entre 1910 e 1920



Fonte: Costa (2003).

Por volta de 1920, chegou ao bairro o Padre Francisco Donino Costa Lima, que começou a promover festas de Natal e Ano Novo na campina, com o intento de obter dinheiro para a reforma da Igreja e para a construção da casa e salão paroquial em um terreno que margeava a campina (COSTA, 2003). Nestas festas, havia barracas para a venda de comida pelos moradores do entorno. Além das festas, o Padre Donino realizava procissões para as quais convergiam várias pessoas da região. As festividades e celebrações promovidas pelo Padre Donino contribuíram para reforçar as relações entre a Igreja e a Campina.

Figura 5 - Barraca das mulheres na festa do Pe. Donino (sem data)



Figura 6 - Procissão promovida pelo Pe. Donino (sem data)



Fonte: Costa (2003).

A Figura 6 registra uma procissão na Campina, sendo visível parte da Capela do Colégio da Sagrada Família já com a feição atual. Conforme veremos a seguir, o projeto de construção da capela do Colégio data de 1925. Portanto, essa feição da paisagem de fundo da Campina já estava consolidada, ao menos, a partir da segunda metade da década de 1920.

Guerra (1954) reforça a relevância das “comentadas” festas de Natal e Ano Novo, realizadas até 1934, quando, atendendo a pedido do jornalista Mário Melo, o prefeito Antônio de Góes decidiu remodelar a campina (Figura 7). O Parque de Casa Forte, como ficou chamado, recebeu também um monumento evocativo ao combate que deu nome à localidade (SILVA e SANTANA, 2013). Provavelmente por volta desse período, a Estrada de Casa Forte foi renomeada para Avenida 17 de Agosto.

Figura 7 - Parque de Casa Forte, em 1935



Fonte: Silva (2012).

Esse conjunto viria a ser objeto de uma importante transformação quando, em 1935, o paisagista Roberto Burle Marx, então à frente do Setor de Parques e Jardins da Diretoria de Arquitetura e Construção do Governo de Pernambuco, solicitou a retirada do monumento para a implementação de um novo projeto paisagístico, um jardim aquático, composto de três lagos contidos em dois jardins retangulares e um quadrado, no meio, contendo uma riqueza de espécies vegetais: plantas arbóreas brasileiras da Amazônia, inclusive a Vitória-Régia (no jardim central); da Mata Atlântica; e também plantas exóticas (próximo à Igreja). O espaço público foi chamado Jardim de Casa Forte, posteriormente Praça de Casa Forte. Sua vegetação foi trabalhada como o elemento vertical do espaço em relação ao casario histórico (PESSOA e CARNEIRO, 2003), o que enfatiza uma intenção projetual quando ao conjunto edificado que delimitava o espaço público.

A Figura 8 registra o Jardim da Casa Forte já após a implantação do projeto de Burle Marx, tendo como fundo o Colégio da Sagrada Família e a Igreja Matriz de Casa Forte, consolidando essa paisagem que permanece até os dias atuais, inclusive devido à proteção do casario localizado à esquerda da foto como Imóveis Especiais de Preservação, em 1997.

Figura 8 - Praça de Casa Forte na década de 1940



Fonte: <<http://www.panoramio.com/photo/112810089#>>. Acesso em: 07 nov. 2017

Na década de 1940, o Padre Donino foi substituído pelo Padre Monsenhor Lobo, que deu continuidade às festas, transferindo-as para o mês de novembro, sendo, portanto, a origem da agora tradicional Festa da Vitória Régia (Figura 9), muito conhecida e frequentada pelos moradores do bairro e pelos recifenses em geral. Conforme informações da Paróquia de Casa Forte, a Festa da Vitória Régia acontece de forma ininterrupta desde 1978, sempre no mês de novembro¹.

Figura 9 - Festa da Vitória Régia



Fonte: <<http://poraqui.news/casa-forte/casa-forte-se-prepara-para-receber-a-39a-festa-da-vitoria-regia/>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

A festa conta com barracas de alimentação, parque de diversão, além de palco, onde se apresentam atrações musicais, fazendo parte do calendário de eventos da cidade. A renda é revertida às obras sociais da Paróquia. Trata-se, portanto, de mais uma permanência, que remete à consolidação das edificações do antigo Engenho da Casa Forte com seus usos atuais – de Colégio e Igreja Matriz do bairro – e à promoção de celebrações e festividades que reforçam a antiga relação entre esses bens imóveis e a campina do engenho.

4. Sobre as edificações

As edificações do Colégio da Sagrada Família e da Igreja Matriz de Casa Forte apresentam-se, atualmente e em termos de suas fachadas principais – voltadas para a Praça de Casa Forte –, com as mesmas feições que tinham desde suas últimas reformas/acréscimos, na primeira metade do século XX. Trata-se, portanto, de uma importante permanência em relação a esse conjunto do entorno da Praça, que passou por modificações de grande porte, sobretudo no que diz respeito à construção de novos imóveis com escala verticalizada, em outros lotes lindeiros à Praça.

Planta da Comissão de saneamento, sem data, mostra a adaptação da antiga casa de vivenda – construída sobre as bases da casa grande do Engenho Casa Forte – para o uso do Colégio. Percebe-se que houve um acréscimo de pavimento e alteração no padrão das aberturas, com relação à edificação presente na Figura 4. Outra planta, com data de 1925, mostra um projeto de ampliação da edificação anterior – que já tinha recebido um acréscimo perceptível no lado esquerdo da planta e na Figura 12 –, contando com a construção da Capela do Colégio, mais próxima à Igreja Matriz de Casa Forte.

¹ Em 2020, devido à pandemia da Covid-19, a festa ocorrerá no mês de dezembro, através de eventos *online*.

Figura 10 - Adaptação da vivenda do Pe. Roma para o Colégio

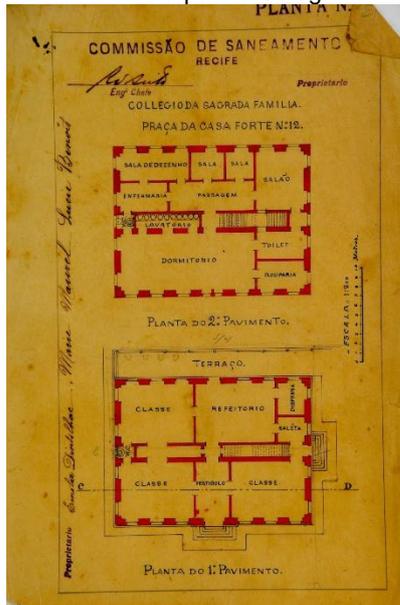
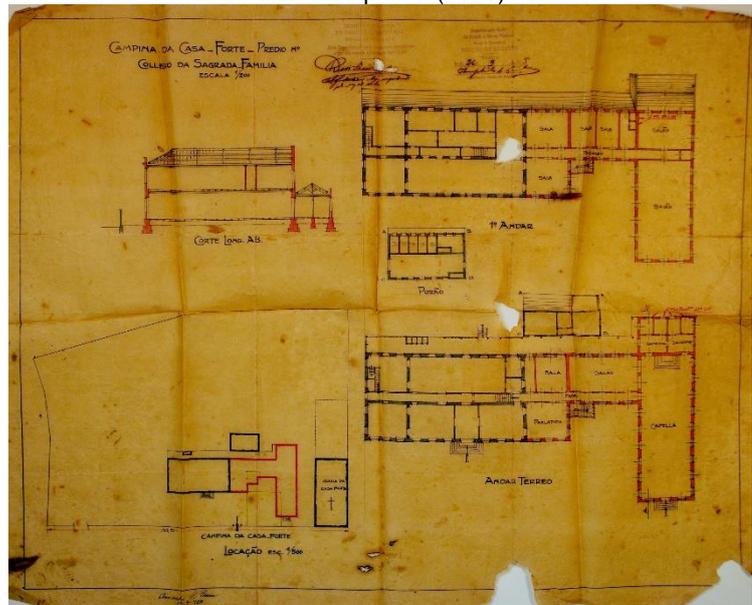


Figura 11 - Ampliação do Colégio, com construção da Capela, à direita da planta (1925)



Fonte: Acervo Saturnino de Brito. Cópia da DPPC.

As fotos a seguir apresentam alguns dos ambientes internos do Colégio, assim como sua fachada, antes da ampliação projetada em 1925, já com o acréscimo na edificação original. Percebe-se a demarcação do acesso principal, com um destaque na superfície da fachada e na platibanda, bem como diferenciação dos vãos.

Figura 12 - Colégio antes da ampliação de 1925



Fonte: Villa Digital

Figura 13 - Sala de aula do Colégio (sem data)



Fonte: Villa Digital

Figura 14 - Sala de visitas (sem data)



Fonte: Villa Digital

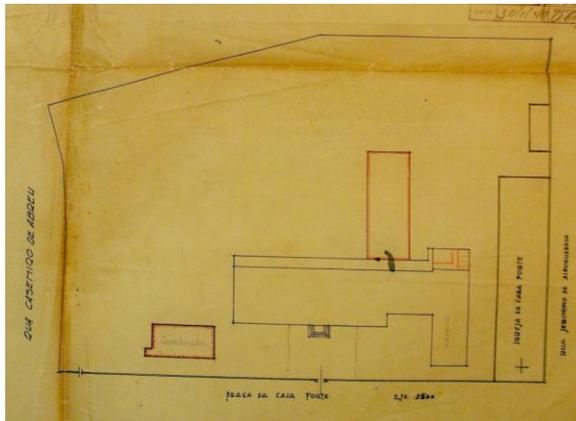
Figura 15 - Crianças brincando no pátio interno



Fonte: Villa Digital

Outra planta, com carimbo de 1936, mostra mais ampliações do conjunto do Colégio – o qual, além da função educacional abriga também um convento da Congregação das Irmãs da Sagrada Família. As ampliações vão sendo verificadas, gradualmente, na cartografia dos anos seguintes, assim como o parcelamento da gleba original onde estavam situados o Colégio e a Igreja, com a construção de novas edificações, chegando a edifícios verticais, visíveis na fotografia aérea de 1997.

Figura 16 - Implantação do Colégio e da Igreja em 1936



Fonte: Acervo Saturnino de Brito. Cópia da DPPC.

Figura 17 - Implantação do Colégio e da Igreja em 1951



Fonte: Museu da Cidade do Recife

Figura 18 - Implantação do Colégio e da Igreja em 1966



Figura 19 - Implantação do Colégio e da Igreja em 1997



Fonte: FIDEM

Assim, ao longo de todas essas transformações verificadas no entorno da antiga campina do Engenho Casa Forte, o conjunto do Colégio da Sagrada Família e da Igreja Matriz de Casa Forte apresenta-se como a mais importante permanência deste bairro, remetendo ao seu momento inicial de ocupação – o emblemático Engenho da Casa Forte –, sendo seus mais importantes símbolos.

Figura 20 - Vista do Colégio e da Igreja a partir da Praça, sem data



Fonte: Villa Digital.

Figura 21 - Igreja Matriz e Colégio a partir da Praça (2017)



Fonte: Acervo DPPC.

Conforme mencionado, as edificações apresentam a mesma feição que tinham desde suas últimas reformas/ampliações, tendo características estilísticas ecléticas. Essa tendência começou a se impor no Recife por volta da segunda década do século XX, materializando-se nas mais diversas combinações possíveis. Uma característica muito presente em imóveis ecléticos é a volumetria movimentada, seja através de múltiplos volumes (obtidos no Colégio, também, através das sucessivas ampliações), seja criando a ilusão de múltiplos volumes, através de artifícios nas fachadas, como o destaque da portada da Igreja Matriz e no acesso principal do Colégio.

As superfícies são recobertas por estucaria ornamental; frisos contornam os elementos de composição das fachadas (vãos, platibandas); cartelas decoradas podem receber, em alguns casos, a data, monograma dos proprietários ou a denominação do lugar, conforme verificado no acesso principal do Colégio. A platibanda do Colégio é reta, com decoração de pinhões dispostos a intervalos regulares, demarcando também o trecho do acesso principal, que ganha uma movimentação na platibanda, com a inserção de um arco.

Os vãos e cercaduras apresentam grande variedade. No Colégio, identificam-se padrões diferenciados entre as decorações dos vãos no pavimento térreo e no pavimento superior, embora todos os vãos – com exceção daqueles do acesso principal – possuam verga reta. A Capela, por sua vez, apresenta o mesmo padrão em ambos os pavimentos, com características de influência gótica, verificada também na Igreja Matriz. A Capela possui também influência classicista, com frontão triangular e um maior peso dado ao embasamento, através de frisos em estuque no pavimento térreo. A presença de elementos classicistas é também verificada na Igreja Matriz.

Figura 22 - Colégio da Sagrada Família em 2017

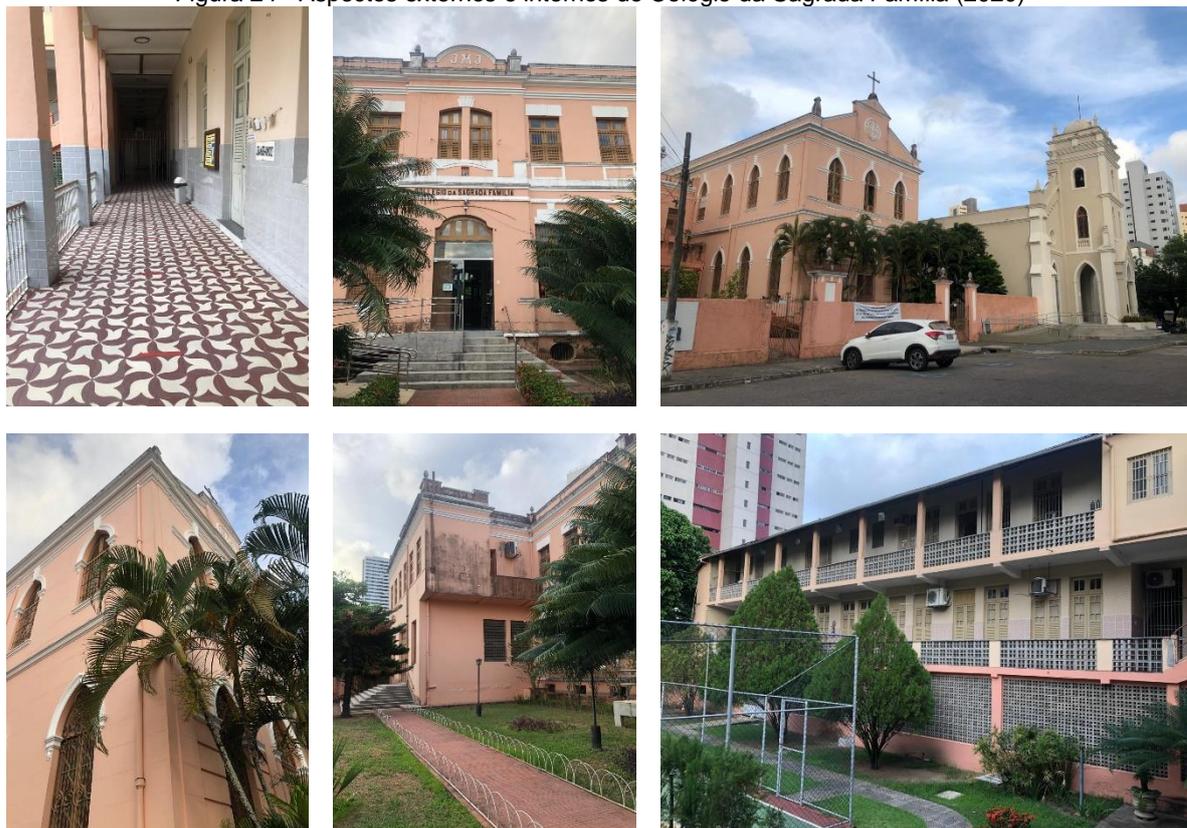


Fonte: Acervo DPPC.

Figura 23 – Igreja Matriz em 2017



Figura 24 - Aspectos externos e internos do Colégio da Sagrada Família (2020)



Fotos: Rúbia Simões.

Figura 25 - Celebrações realizadas na Igreja Matriz de Casa Forte (2019)



Fonte: <<https://www.instagram.com/paroquiadecasaforte/>>.

Destaca-se o bom estado de conservação geral de ambos os bens (Colégio e Igreja Matriz), que receberam recentes obras de manutenção. O estado de conservação está relacionado com a manutenção de sua integridade². Quanto ao estado de preservação, que diz respeito à autenticidade, verificamos que as principais modificações foram realizadas, no Colégio, em volumes mais recentes, como o fechamento de um balcão no pavimento superior e a construção de um volume na ligação entre a Capela e a casa original, além da inserção de

² De acordo com Vieira, no que diz respeito ao aspecto material, existe uma relação intrínseca entre a autenticidade e o tipo de intervenção realizada no estoque construído. Por outro lado, a integridade está ligada ao estado de conservação de determinada edificação e à sensação de completude ainda presente nesta. Ver mais em: VIEIRA, N. M. Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

elementos espúrios como equipamentos de climatização na fachada principal e algumas superfícies com acabamento cerâmico. Não afetam, no entanto, a leitura geral do bem.

As categorias de integridade e autenticidade são fundamentais para a seleção de determinado bem material como patrimônio cultural. No entanto a classificação de patrimônio cultural vai muito além dos valores tangíveis, abarcando outros atributos importantes para a memória cultural da sociedade.

5. Zoneamento atual e Propostas de preservação existentes para a área

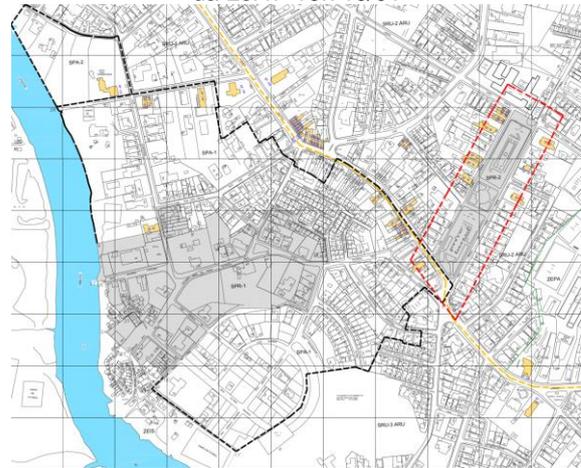
As edificações em questão já foram parte da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH) do sítio histórico do Poço da Panela (ZEPH-05), como Setor de Preservação Ambiental (SPA) do Setor de Preservação Rigorosa 2, o qual corresponde à Praça de Casa Forte (criado pela Lei nº 15.199/89).

Figura 26 – Limites da ZEPH-05 segundo a Lei nº 15.199/89



Fonte: Plano Setorial Sítio Histórico Poço da Panela (DPSH), 1989.

Figura 27 – Limites atuais da ZEPH-5 face a revisão da Lei nº 16.719/01



Fonte: DPPC.

Esse SPA foi eliminado em virtude da Lei nº 16.719/2001 (Lei dos 12 bairros), a qual criou uma Área de Reestruturação Urbana (ARU). A Lei definiu um limite de 30m a partir do paramento dos lotes lindeiros à Praça de Casa Forte, onde o gabarito máximo é limitado a 7m. Este limite (em vermelho na Figura 27) atinge o lote da Igreja Matriz e, parcialmente, o do Colégio.

Assim, os imóveis estão inseridos na ARU, que corresponde, segundo o Plano Diretor (Lei Nº 17.511/2008), à ZAC Controlada 2. A ZAC-C2 possui, dentre seus objetivos específicos: (a) conter o adensamento construtivo; (b) implantar mecanismos de combate à retenção imobiliária; (f) **incentivar a preservação, a recuperação, a reabilitação e a conservação dos imóveis e dos elementos característicos da paisagem.**

A ARU está subdividida em Zonas de Diretrizes Específicas (ZEIS, ZEPH etc.) e Zona de Reestruturação Urbana, a qual, por sua vez, é composta de 3 Setores de Reestruturação Urbana (SRU). Os lotes em questão encontram-se no SRU-2, que se configura como área com acelerado processo de transformação no que se refere ao uso e à ocupação do solo, requerendo parâmetros urbanísticos capazes de evitar um desequilíbrio entre área construída e oferta de infraestrutura e **conservar elementos singulares ainda existentes em termos de sua tipologia arquitetônica.**

Na ARU, o cálculo do potencial construtivo dos lotes acontece de forma diferente do que é definido para as demais ZAC da cidade, que consideram apenas o total de área privativa no cálculo da área total de construção a partir do coeficiente de utilização. Na ARU, são

computados todos os pavimentos e as áreas cobertas da edificação. Os parâmetros urbanísticos reguladores da ocupação do solo são:

- I – Gabarito máximo – Gm
- II - Taxa de solo natural do terreno - TSN;
- III - Coeficiente de utilização do terreno - μ ;
- IV - Afastamentos das divisas do terreno - Af., Al. e Afu.

Além disso, na ARU, considera-se também o sistema viário como limitador. As vias foram divididas em 3 categorias, de acordo com suas seções transversais, e os gabaritos máximos permitidos são definidos de acordo com a categoria da via. O cruzamento das categorias viárias com os SRU também leva a diferentes coeficientes de utilização do terreno e TSN. Assim sendo, uma vez que a Praça de Casa Forte é uma via considerada de categoria B, os parâmetros construtivos para os lotes são os seguintes:

Tabela 1 - Parâmetros urbanísticos pela ARU

Categoria das vias	Gabarito (m)	Afastamentos iniciais mínimos			Setor	
		Frontal	Lateral e Fundos		SRU 2	
			Ed. = 2 pav.	Ed. > 2 pav.	TSN	μ
B	48	7,00	Nulo/1,50	3,00	50%	2,50

Fonte: <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/16719/original/19/>

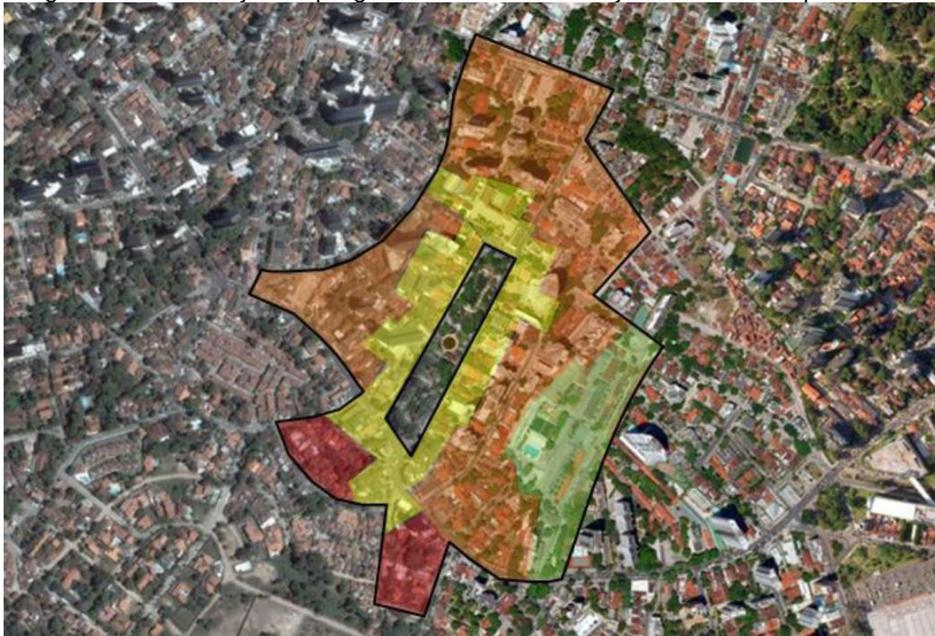
Ainda em termos de zoneamento, os lotes encontram-se no Setor de Sustentabilidade Ambiental 2 (SSA2) definido em virtude da Praça de Casa Forte. Os SSA2 são delimitados pelas quadras limítrofes às Unidades de Equilíbrio Ambiental do tipo praças e parques, com o objetivo de promover o equilíbrio ambiental e paisagístico, através da preservação ou compensação das áreas vegetadas dos imóveis inseridos no Setor. O Plano Diretor define um coeficiente de utilização específico para os SSA2, o que significa a redução do coeficiente de 2,50 exposto na Tabela 1, para o máximo de 2,0.

Além disso, em virtude do SSA2, o fechamento da divisa frontal dos lotes, para novas edificações com mais de dois pavimentos, deve ser recuado em 2m do paramento do lote, para a criação de uma Faixa de Amenização Ambiental, a ser tratada com vegetação e plantio de árvores de médio porte em pelo menos 50% de sua superfície, não sendo admitida qualquer construção (Lei Nº 18.111/2015).

Para além do zoneamento urbano, importa observar que a Praça de Casa Forte é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)³, desde 2015, por se tratar de obra emblemática do paisagista Roberto Burle Marx. Em virtude disso, foi definida pelo IPHAN uma abrangente poligonal de entorno, dividida em 4 setores, aos quais correspondem diferentes níveis de restrição. Para o Setor 1 (amarelo) – onde estão localizados os imóveis em análise – é definido gabarito máximo de 8,5m e TSN de 60%, parâmetros mais restritivos do que o atual zoneamento municipal.

³ Por ser tombada em nível federal, a Praça é também, automaticamente, tombada em nível estadual, sendo, portanto, protegida nas três esferas do poder público.

Figura 28 - Setorização da poligonal de entorno da Praça de Casa Forte pelo IPHAN



Delimitação dos Setores 1 (em amarelo), 2 (em vermelho), 3 (em laranja) e 4 (em verde) da Poligonal de Entorno, Praça de Casa Forte. Fonte: IPHAN/PE.

No parecer⁴ da relatora Ceça Guimaraens relativo ao processo de tombamento das praças de Burle Marx no Recife – remetido ao Conselho Consultivo do IPHAN –, registram-se como possíveis ameaças às obras de Roberto Burle Marx “a especulação imobiliária que provoca a verticalização, rompe a escala da moldura e da ambiência, sombreia e causa o definhamento da vegetação”. A relatora, que aborda o conjunto edificado circundante como uma moldura da Praça, observa que o “conjunto variado da vegetação e a arquitetura da praça configuram composição artística mesclada de passado; são, no entanto, expressão veemente da sua busca de equilíbrio e de harmonia com a moldura então construída”.

O Parecer lista dentre suas diretrizes e recomendações a “**proteção das molduras imediatas e dos entornos das praças e jardins**, conforme definidos nas poligonais registradas no processo – **espaços formal e funcionalmente articuladores dos jardins à cidade e aos bairros vizinhos**”. Assim, a proteção do conjunto que se articula com os espaços públicos é vista como decorrente do tombamento, com o objetivo de “promover o conhecimento dos valores patrimoniais e evitar mudanças que descaracterizem os bens em questão”. “Ressalta-se, nesse sentido, **a importância da identificação dos tipos arquitetônicos e urbanísticos que singularizam essas molduras e entornos imediatos**” (grifos nossos).

Diante do exposto, é possível observar que, mesmo não fazendo parte, atualmente, da ZEPH que protege a Praça de Casa Forte, os lotes do Colégio e da Igreja Matriz já são objeto, perante as normativas urbanísticas, ambientais e culturais, de diversas diretrizes no sentido de preservação das características tradicionais dessa área. Nesse sentido, e entendendo que existe uma inadequação na continuidade da não proteção cultural em relação a esses importantes símbolos do bairro de Casa Forte, a Prefeitura da Cidade do Recife, através desta Diretoria e no âmbito da proposição de uma nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS)⁵, apresentou uma proposta de alteração da ZEPH-05 (Poço da Panela), ampliando o atual SPR-2, da Praça de Casa Forte, para contemplar todo o conjunto edificado

⁴ Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Banco_de_Pareceres_Tombamento_%20Jardins_Historicos_de_Burle_Marx_Recife.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020

⁵ O Caderno de Propostas para a LPUOS, bem como o diagnóstico propositivo para as novas Zonas de Preservação estão disponíveis em: <<https://planodiretor.recife.pe.gov.br/plano-de-ordenamento-territorial>>. Acesso em: 25 set. 2020.

que faz limite com a Praça. A proposta reconhece tanto a importância do Colégio e da Igreja, amplamente salientada neste Parecer, quando a relação do conjunto edificado com o espaço público.

No entanto, o estudo para a LPUOS ainda se encontra em andamento, dependendo também da promulgação do novo Plano Diretor, em análise na Câmara de Vereadores. Assim sendo, entende-se que há fundamento na apreensão provocada pelo encerramento das atividades do Colégio, pois, embora a legislação atual seja já bastante restritiva quanto à criação de novas espacialidades, ainda é possível e vantajosa, do ponto de vista de empreendimentos imobiliários, a demolição dos bens. No caso do Colégio da Sagrada Família, a construção atual chega a um coeficiente de utilização de 0,68 (conforme o ESIG), muito abaixo do máximo permitido, de 2,0.

Essa situação torna-se ainda mais preocupante quando se trata de edificações que possuem relações imateriais significativas, relacionadas ao uso e ao lugar, motivo pelo qual justifica-se sua preservação mesmo antes de efetivada a proposta de ampliação da ZEPH.

6. Justificativa para a proposta de classificação como IEP

É importante entender que os conceitos relacionados ao patrimônio cultural passam por constantes transformações, ampliando-se e adequando-se às visões e demandas contemporâneas da sociedade onde se inserem. Diversos podem ser os motivos que levam a que edificações significativas para a memória da cidade não estejam protegidas, inclusive uma avaliação de preservação através da manutenção de um uso tradicional, como é o caso da Igreja Matriz de Casa Forte e do Colégio da Sagrada Família.

O Plano Diretor da Cidade do Recife (PDCR) de 2008 reconheceu a renovação do conceito de patrimônio cultural (mais abrangente do que o de patrimônio artístico ou histórico), ao ampliar os critérios que podem ser utilizados para a seleção de novos IEP. De acordo com o Art. 123, devem-se levar em consideração os seguintes aspectos:

- I - referência histórico - cultural;
- II - importância para a preservação da paisagem e da memória urbana;
- III - importância para a manutenção da identidade do bairro;
- IV - valor estético formal ou de uso social, relacionado com a significação para a coletividade; e,
- V - representatividade da memória arquitetônica, paisagística e urbanística dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX.

A ampliação dos critérios de classificação permitiu a esta DPPC uma maior abrangência de seus estudos, de forma a incorporar cada vez mais o valor cultural nos imóveis selecionados, sem desconsiderar a importância dos valores para a história urbana e arquitetônica, bem como os valores estéticos do patrimônio.

Assim, é possível reconhecer, nesse contexto, a imensa importância – tanto tangível quanto intangível – relativa a esses imóveis e entender que existe uma indissociabilidade entre Praça de Casa Forte (já protegida em todas as esferas de poder e por múltiplos instrumentos) e o Colégio com a Igreja Matriz. As relações históricas, arquitetônicas, urbanas, de paisagem, de referências culturais, são claras e merecem o reconhecimento e a proteção que evite o seu perecimento.

Importa observar que o valor cultural tem um reflexo no “valor de continuidade da memória cultural”, que pode ser chamado “valor de patrimônio”. Evidências visíveis do passado podem contribuir pedagogicamente e educacionalmente para a identidade cultural e a memória de determinado povo ou lugar. Assim, o valor patrimonial é o aspecto material considerado representativo de determinado valor cultural.

O reconhecimento do **valor cultural** e do conseqüente **valor patrimonial** presentes nas edificações remanescentes do Engenho da Casa Forte – a Igreja Matriz e o Colégio da Sagrada Família – entende as relações intrínsecas entre os valores imateriais e as edificações que são seu suporte – assim como o lugar da cidade em que se inserem.

Em se tratando dos bens em análise, salientamos a manutenção da autenticidade e integridade, categorias fundamentais para a seleção de determinado bem material como patrimônio cultural. No entanto, é importante aqui enfatizar as correntes mais contemporâneas em relação à preservação de bens culturais, entendendo que as sociedades protegem seus objetos não por causa dos objetos em si, mas devido aos efeitos simbólicos e intangíveis que uma alteração indesejada pode acarretar para os sujeitos que compõem tal sociedade.

Assim, a preservação estará voltada à manutenção dos valores, ou seja, da significância cultural⁶ do bem. Seus valores devem ser salvaguardados e não ser deixados num estado vulnerável ou em risco. A mudança no bem, por sua vez, é vista como algo que pode ser necessário para manter a significância cultural, mas é indesejada quando a reduz.

Assim, reconhecemos, para as edificações aqui avaliadas, os seguintes valores a serem salvaguardados⁷:

- **Valor artístico**, determinado pelas características estilísticas ecléticas, tanto do Colégio quanto da Igreja;
- **Valor histórico**, que remete àquilo que jamais pode ser reproduzido, conferindo um status de patrimônio no sentido de herança e de memória social. No caso, o valor histórico das edificações remete à própria ocupação original do bairro de Casa Forte, sendo sua referência mais antiga;
- **Valor de existência**, que se fundamenta nos conceitos de singularidade e irreversibilidade. Nesse caso, o valor de existência desses exemplares é altíssimo, considerando os poucos exemplares remanescentes dos antigos engenhos da região, como seria também ampliado o valor de sua perda;
- **Valor econômico e valor de uso**, relacionado com a sua utilidade e possibilidade de o imóvel ser utilizado para abrigar atividades diversas e ao seu potencial enquanto fonte de crescimento econômico;
- **Valor simbólico**, entendendo que o símbolo é a representação de uma ideia, algo não possível de ser expresso em sua totalidade por palavras. Uma das funções mais significativas do símbolo é o seu poder de socialização, de forma que o bem patrimonial-símbolo produz uma comunicação profunda com seu próprio meio social.

Assim, a DPPC, como órgão técnico responsável pelo patrimônio cultural, considera que os imóveis da Igreja Matriz de Casa Forte e do Colégio da Sagrada Família atendem a todos os critérios listados no Artigo 123 do Plano Diretor para classificação como IEP.

7. Considerações finais

É importante observar que a preservação de um imóvel não significa o congelamento das transformações nesse bem. O que de fato passa a acontecer é um gerenciamento da transformação, ação que faz parte do conceito de conservação integrada, que reconhece a necessidade de o patrimônio passar por mudanças e adaptações aos novos tempos, mas

⁶ O termo significância cultural foi definido pelo ICOMOS Austrália, na Carta de Burra de 1979 (atualizada em 1981, 1988, 1999 e 2013). A última revisão da Carta de Burra, de 2013, define a significância cultural como o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras. A significância cultural está incorporada ao lugar, em sua substância, sítio, associações, significados, registros, lugares e objetos relacionados. Nesse arcabouço, o objetivo da conservação é manter a significância cultural de um lugar.

⁷ Valores definidos de acordo com LACERDA, Norma. Valores dos bens patrimoniais. In: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Silvio Mendes. **Gestão da conservação urbana: Conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

adverte que essas mudanças devem ser monitoradas de forma a amplificar os valores fundamentais do patrimônio, em vez de levar à sua perda.

Nesse sentido, o instrumento dos Imóveis Especiais de Preservação possibilita aos seus proprietários incentivos para a manutenção dos imóveis, como isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a venda do potencial construtivo não utilizado no lote através da Transferência do Direito de Construir (TDC). Esses incentivos possuem o objetivo de contribuir para a manutenção de bens cuja preservação é indispensável para a memória da cidade do Recife.

Larissa Rodrigues de Menezes

Larissa Rodrigues de Menezes
Gerente de Planos Estratégicos da Preservação do Patrimônio Cultural Material
SEPLAN/DPPC/PCR
Matrícula 100847-1

Lorena Correia Veloso
Gerente Geral de Preservação do Patrimônio Cultural
SEPLAN/DPPC/PCR

Equipe Técnica:

Fernanda Rennaly Queiroz Brainer de Oliveira
Fernando Antônio Duarte Barros Junior
Geysa Vilela Gomes Marques
Larissa Rodrigues de Menezes
Laryssa Soares de Araújo
Lili de Souza Suassuna Becker
Lindoelly Mayse de Melo Duarte

Luanancy Lima Primavera
Manoel da Silveira Ramos Neto
Maria Cecília Vargas de Alcantara
Maria Cícilia de Oliveira Melo
Maria Eduarda Albuquerque Queiroz
Maria Falcão Soares da Cunha
Rafael Freitas Dias Acioly